

DECLARAÇÃO UNIFICADA

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº **[XX.XXX.XXX/XXXX-XX]** com sede na **[endereço completo]**, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA**, para fins de participação no processo licitatório/contratação, sob as penas da lei, o quanto segue:

1. Inexistência de impedimento de participação – vínculo com agente público (art. 14, IV, Lei nº 14.133/2021)

Declara que nem a empresa, nem seus sócios, administradores ou representantes legais mantêm vínculo de natureza **técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação, ou que atue na **fiscalização ou na gestão** do presente contrato; e tampouco são **cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau**, de tais pessoas.

2. Inexistência de condenação por trabalho infantil ou trabalho escravo (art. 14, VI, Lei nº 14.133/2021)

Declara que não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos **5 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital/início da contratação, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo, ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. Inexistência de parentesco entre sócio/administrador e agente público responsável pela demanda ou operacionalização da contratação

Declara que nenhum administrador ou sócio com poder de direção da empresa é familiar: **a)** do(a) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que demandou a contratação, nem do(a) que operacionalizou a contratação; **b)** de autoridade hierarquicamente imediatamente superior aos agentes mencionados na alínea "a"; **c)** do(a) detentor(a) de função de confiança responsável pela autorização da contratação, nem do(a) responsável pela assinatura do contrato.

4. Regularidade quanto ao trabalho de menores (art. 7º, XXXIII, CF/88, c/c art. 68, VI, Lei nº 14.133/2021)

Declara, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

5. Veracidade das informações e atendimento aos requisitos de habilitação (art. 63, caput, Lei nº 14.133/2021)

Declara que atende a todos os requisitos de habilitação exigidos no procedimento e que são verdadeiras as informações prestadas, assumindo responsabilidade civil e criminal pela veracidade do quanto aqui declarado.

6. Cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da previdência social (art. 63, IV, Lei nº 14.133/2021)

Declara que cumpre, quando aplicável em razão do número de empregados, as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

7. Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 68, I, Lei nº 14.133/2021)

Declara a inexistência de fato impeditivo para licitar ou para contratar com a Administração Pública, inclusive quanto à ausência de registros em cadastros de impedidos/inidôneos (CEIS, CNEP, cadastros estaduais correlatos).

8. Responsabilidade pelas transações no Sistema de Dispensa Eletrônica (SDE) / Sistema de Licitação Eletrônica, quando aplicável

Declara que detém responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a presente contratação, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

9. Conhecimento e aceitação das regras e condições gerais da contratação

Declara pleno conhecimento e aceitação das regras e condições gerais constantes do procedimento, do Termo de Referência/Edital e seus anexos, não cabendo, posteriormente, invocar desconhecimento para eximir-se das obrigações assumidas.

Por ser verdade, firma a presente declaração, sob as penas da lei, inclusive as de natureza criminal (art. 299 do Código Penal), assumindo responsabilidade pela veracidade das informações aqui prestadas.

Cidade/UF, data.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX **Cargo/Função:**Sócio-Administrador / Procurador

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CNPJ nº:

XX.XXX.XXX/XXXX-XX